NOVO GOVERNO

Costa Neto se nega a admitir vitória de Lula

Presidente do PL vai aguardar relatório dos militares sobre as urnas eletrônicas

» HENRIQUE LESSA
» VINICIUS DORIA

MATEUS BONOMI/ESTADÃO CONTEÚDO



Costa Neto: Bolsonaro continuará na ativa, e o PL entrará na disputa para a Presidência do Congresso

O presidente do Partido Liberal, Valdemar da Costa Neto, repetiu o gesto do filiado mais ilustre, o presidente da República, Jair Bolsonaro, e não reconheceu a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições deste ano. O dirigente partidário disse que a legenda não vai se posicionar sobre a lisura do pleito até a divulgação do relatório da fiscalização das Forças Armadas, previsto para ser entregue hoje pelo Ministério da Defesa ao Tribunal Superior Eleitoral.

Costa Neto também anunciou que o partido estará na oposição ao governo Lula. "O PL não renunciará as suas bandeiras e ideias. Será oposição ao futuro presidente", afirmou o chefe do partido. Apesar desse posicionamento, o presidente do PL disse que o partido pode apoiar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que assegura a continuidade do pagamento de R$ 600 para o Auxílio Brasil. "O PL será oposição ao novo governo, mas não será contra a PEC se ela for de interesse público", assegurou.

Sem apresentar provas de qualquer irregularidade nas urnas, Costa Neto mencionou o trabalho de verificação realizado pelas Forças Armadas. O Ministério da Defesa anunciou a entrega do documento para amanhã (hoje). "Vamos ter de esperar o relatório. Temos diversos questionamentos que fizemos ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), vamos esperar essas respostas".

Perguntado sobre a lisura do primeiro turno, quando o PL elegeu as maiores bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado, o cacique disse não haver pontos a serem contestados.

O presidente do PL afirmou que Jair Bolsonaro será o presidente de honra do partido e candidato à presidência em 2026. O dirigente reforçou a centralidade de Bolsonaro para o partido ao longo do próximo ciclo eleitoral. "Bolsonaro é nosso capitão, e nós vamos segui-lo aonde ele for". Disse que o presidente da República "só vai questionar o resultado se tiver algo real na mão". E adiantou que o chefe do Executivo, após deixar o cargo, vai viajar pelo país divulgando o programa do PL. "Ele aceitou bem a ideia de ajudar o partido, de correr o Brasil", relatou Costa Neto.

Em relação à disputa pelas presidências das duas Casas do Congresso, o presidente do PL anunciou apoio à recondução do deputado Arthur Lira (PP-AL) ao comando da Câmara, mas condicionou ao apoio do PP de Lira ao candidato do PL à sucessão de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) no Senado Federal. Costa Neto argumentou que o PL tem o direito de pleitear o comando de uma das Casas. "Temos a maior bancada na Câmara e no Senado. Não é admissível que não tenhamos a Presidência de nenhuma das Casas", alegou.

"Golpismo"

Para o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a declaração de Valdemar de não reconhecer o resultado eleitoral é "um absurdo". "É espantosa essa adesão a um discurso golpista", disse o senador, um dos principais aliados do presidente eleito. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PT-PR), também criticou. "Eles participaram do jogo, do processo, se submeteram às urnas e, agora, querem questionar o resultado? Isso para mim só tem um nome, tentativa de golpismo", comentou, ao deixar ontem o CCBB.

Os protestos contra o resultado das urnas também foram tema da entrevista de Valdemar Costa Neto. Ele declarou que o presidente Jair Bolsonaro apoia todas as manifestações que estiverem dentro da lei. "O nosso presidente quer que a gente prestigie todos que fizerem movimentos que podem ser feitos, dentro da lei", disse. No entendimento de Costa Neto, protestar "dentro da lei" significa não interromper vias de tráfego e restringir o direito de ir e vir das pessoas. Mas o dirigente partidário não incluiu no comentário os pedidos por intervenção militar feitos pelos apoiadores do presidente. "Fechar as estradas, fechar as ruas, o eleitor do PL não quer isso", declarou.

O cacique do PL vê esses movimentos contestadores das urnas, considerados "criminosos" pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, como uma força maior que o apoio ao presidente da República. "O bolsonarismo está maior que o próprio Bolsonaro, mas temos de trabalhar para que esse pessoal não atravesse o samba, não passe do limite", disse. Existe, no PL, a preocupação de uma possível falta de comando dos manifestantes simpáticos a Bolsonaro acampados na frente de unidades militares.

Procuradores veem atos coordenados

» LUANA PATRIOLINO

Procuradores-gerais do Ministério Público nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo se reuniram ontem com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, para tratar dos protestos contra o resultado nas urnas que ocorrem desde o último dia 30. Ele afirmaram ter identificado os empresários que estão bancando o fechamento de rodovias.

Os integrantes destacaram, ainda, que os suspeitos fazem parte de "uma grande organização criminosa com funções predefinidas". Segundo o procurador-geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Mario Luiz Sarrubbo, há um movimento organizado, liderado por empresários, para que os protestos continuem. "Nossa preocupação agora é o fluxo financeiro que está proporcionando bloqueios de estradas, avenidas, e faz com que pessoas possam permanecer em nossas cidades", afirmou.

Sarrubbo disse que identificou um padrão de comportamento em todos os atos. "Os movimentos são muito parecidos em todo o Brasil. Há algo em nível nacional. Nós trouxemos algumas informações ao TSE e a gente espera que o Brasil possa prosseguir sem golpe, sem movimentos que possam atacar a democracia", observou.

Desde o resultado das eleições, em 30 de outubro, parte da categoria dos caminhoneiros e outros apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) — derrotado nas urnas contra Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — passaram a realizar protestos pelo país e fechar rodovias federais. Entre outras falas, os manifestantes pedem "intervenção federal" e destituição dos tribunais superiores.

A reunião com o TSE foi marcada para que seja possível realizar um "cruzamento de dados" por meio de informações coletadas pelos estados. O objetivo é saber quem são os financiadores por trás da organização dos bloqueios, além de mapear o fluxo financeiro para a execução.

A procuradora-geral de Justiça do Espírito Santo, Luciana Andrade, ainda afirmou que a atuação dos empresários pode envolver a criação de "listas" para impedir consumidores e empresários de utilizarem determinados serviços ou produtos locais como forma de retaliação.

"A gente tem percebido um movimento também de empresariado que é criar uma lista de pessoas e empresários cujos consumidores não deveriam consumir ali produtos ou serviços. Estão criando embaraço à livre iniciativa do comércio, algo que não víamos há muitos e muitos anos", afirmou Andrade.

Na última segunda-feira, o ministro Alexandre de Moraes deu um prazo de 48 horas para as Polícias Civil e Militar dos estados e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) identificarem os líderes dos atos que paralisaram parte das rodovias do país.

Gleisi e Lindbergh são ameaçados em bar

Gustavo Bezerra/PT na Câmara



A presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Gleisi Hoffmann, e o deputado eleito pelo Rio de Janeiro, Lindbergh Farias, registraram ocorrência na Polícia Civil após sofrerem ameaças no último domingo, em um bar da Asa Sul. Os dois parlamentares petistas estavam em um estabelecimento da 406 Sul quando um outro cliente, vestido de camisa verde e amarela, começou a ameaçá-los. Testemunhas gravaram um vídeo do momento. Mesmo depois de ser avisado de que os parlamentares chamariam a polícia, o homem continuou as ameaças e chegou a repetir "vou te enfiar uma porrada". (**Edis Henrique Peres**)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

PEC da Transição esconde disputa pelo controle do Orçamento

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin iniciou ontem as conversas sobre o Orçamento de 2023 com o relator geral do Orçamento, Marcelo Castro (MDB-PI), o nome mais cotado para assumir a relatoria da PEC da Transição, cujo objetivo seria abrir espaço para o cumprimento das promessas de campanha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A decisão final sobre a relatoria cabe ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com quem Lula deve se encontrar para tratar do assunto hoje. A opção pela PEC é polêmica e envolve questões jurídicas que estão sendo analisadas também no Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

"Essa PEC não tem nenhum sentido, a não ser encobrir o rombo fiscal de 2022 e institucionalizar o Orçamento Secreto (RP9). Tudo pode ser resolvido por Medida Provisória (MP) no dia 2 de janeiro, sem necessidade de mexer-se na Constituição", avalia o ex-presidente do Senado Eunício de Oliveira (MDB-CE), que está de volta ao Congresso como deputado federal eleito. Segundo Eunício, durante a campanha eleitoral, houve uma avalanche de recursos federais por meio de emendas do Orçamento, que desequilibrou a disputa em razão do abuso do poder econômico em favor dos que foram beneficiados pelas emendas. "Consegui me eleger sozinho, mas a disputa foi muito desigual, porque as emendas foram usadas para comprar apoios e até esvaziar campanhas alheias", declarou.

As negociações para aprovação da PEC corroboram as reclamações de Eunício, porque envolvem parlamentares da base do governo e também setores da oposição que se beneficiaram da PEC. Marcelo Castro está sendo escolhido relator a dedo, porque é um dos poucos que conhecem a destinação dos recursos do chamado orçamento secreto e, em tese, poderia compatibilizar os interesses do Centrão com os do novo governo que está se formando. Entretanto, mesmo o PT está dividido em relação ao assunto. O deputado Paulo Teixeira (PT-SP), por exemplo, avalia que a PEC deve ser mais estudada e pode até se tornar matéria vencida, se a presidente do STF, ministra Rosa Weber, decidir pôr em votação a constitucionalidade do orçamento secreto.

"Orçamento secreto é inconstitucional, isso não existe; as emendas ao orçamento precisam ser transparentes. Além disso, juridicamente, o ajuste a ser feito no Orçamento de 2023 pode vir por medida provisória", avalia Teixeira. Entretanto, há um problema político, que precisa ser levado em consideração: um confronto com o Centrão nessa matéria seria desastroso para o governo Lula já na largada do mandato. "Precisamos levar em consideração o Congresso, é possível negociar uma PEC que regulamente as emendas e atenda aos parlamentares, com o governo estabelecendo prioridades que seriam observadas nas emendas de bancada, por exemplo", sugere o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

> A OPÇÃO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL É DEFENDIDA TANTO PELO CENTRÃO COMO POR PARLAMENTARES LIGADOS AO PRESIDENTE LULA, MAS HÁ VOZES CRÍTICAS AO ENCAMINHAMENTO NO PRÓPRIO PT E ALIADOS

Suprema decisão

Quem terá de descascar o abacaxi é o vice-presidente Geraldo Alckmin, que coordena a equipe de transição e ontem nomeou os economistas que vão discutir o Orçamento: André Lara Resende, um dos idealizadores do Plano Real, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no governo Fernanda Henrique Cardoso; Persio Arida, outro dos pais do Plano Real, que presidiu o BNDES entre 1993 e 1994 e o Banco Central, em 1995; Guilherme Mello, professor de economia e coordenador do programa de pós graduação em desenvolvimento econômico da Unicamp, que foi assessor econômico da campanha de Lula; e Nelson Barbosa: ex-ministro do Planejamento e ex-ministro da Fazenda no governo Dilma Rousseff. A opinião da equipe econômica da transição é crucial para compatibilizar o que for aprovado com a política econômica do novo governo.

A opção pela PEC é defendida tanto pelo Centrão quanto por parlamentares ligados ao presidente Lula, mas há vozes críticas ao encaminhamento no próprio PT. "Estamos fazendo muitas concessões ao Centrão, não vejo necessidade de tratar desse assunto com tanta pressa, pois ele pode ser resolvido em janeiro", questiona o ex-senador Lindhberg Farias, que também está voltando à Câmara como deputado federal eleito. Segundo ele, o economista José Roberto Afonso, com quem conversou, uma dos autores da Lei de Responsabilidade Fiscal, sugeriu que o governo utilize a legislação vigente para gastar um duodécimo do Orçamento em janeiro e remanejar o Orçamento por medida provisória. Apesar da polêmica, a expectativa é de que a PEC comece a tramitar no Senado, assinada pelo líder do PT na Casa, senador Paulo Rocha (PT-PA), além de outros parlamentares de diferentes partidos. A bancada de senadores do PT votou a favor do orçamento secreto e da PEC das bondades.

Dentre as ações sobre a RP9, a mais importante é a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 854, apresentada pelo PSol. Ao analisar o caso em novembro de 2021, a ministra Rosa Weber suspendeu o pagamento das emendas. Depois, flexibilizou a decisão, permitindo o pagamento, desde que houvesse mais transparência. A derrubada das emendas RP9 pelo Supremo era considerada um confronto como o Congresso e o Centrão, mas a derrota do presidente Jair Bolsonaro, que perdeu a eleição, abre espaço para uma decisão que pode facilitar a vida do presidente Lula, sem impedir a negociação de um acordo com Congresso, que contemple o Centrão.